

REQUERIMENTO Nº , DE 2020

(Do Sr. JOÃO H. CAMPOS)

Requer informações às secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, de limpeza pública, de defesa civil, de saúde e de pesca sobre recursos financeiros despendidos em virtude do derramamento de óleo que atingiu o Nordeste e os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro a partir do final de agosto de 2019.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero seja enviado ofício às secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, de limpeza pública, de defesa civil, de saúde e de pesca **dos Estados e Municípios listados na Tabela 1**, com prazo de resposta de 15 (quinze) dias, demandando a seguinte informação:

- a) discriminação das atividades de prevenção, resposta e remediação adotadas e custeadas pelo Estado ou Município respondente, em virtude do desastre de derramamento de óleo, a exemplo de atividades de limpeza, gerenciamento de resíduos, mobilização de servidores, auxílios a pescadores e ocorrências na rede pública de saúde.
- b) estimativa do montante de recursos financeiros do Estado ou Município respondente despendido nas atividades discriminadas em resposta à alínea “a”. **As estimativas de gastos deverão vir acompanhadas dos dados utilizados, bem como das memórias de cálculo.**
- c) justificativa pela ausência ou impossibilidade de envio de estimativas, dados ou memórias de cálculo.

Tabela 1 – Lista de Estados e Municípios para os quais deverá ser encaminhado requerimento de informações.

Estado	Município
Alagoas	Barra de Santo Antônio
	Coruripe
	Marechal Deodoro
	Barra de São Miguel
	Jequiá da Praia
	Feliz Deserto
	Maragogi
	Passo de Camaragibe
	Japaratinga
	Porto de Pedras
	Maceió
	São Miguel dos Milagres
	Roteiro
	Piaçabuçu
	Paripueira
	Porto Seguro
Bahia	Conde
	Igrapiúna
	Ituberá
	Itacaré
	Cairu
	Canavieiras
	Uruçuca
	Camaçari
	Mucuri
	Nilo Peçanha
	Jandaíra
	Salvador
	Mata de São João
	Caravelas
	Entre Rios
	Una
	Valença
	Santa Cruz Cabralia
	Alcobaça
	Maraú
	Belmonte
	Vera Cruz
	Jaguaripe
	Camamu
	Prado
	Esplanada

Estado	Município
	Ilhéus
	Nova Viçosa
	Itaparica
	Lauro de Freitas
Ceará	São Gonçalo do Amarante
	Fortaleza
	Beberibe
	Amontada
	Acaraú
	Icapuí
	Paracuru
	Itapipoca
	Fortim
	Cascavel
	Aracati
	Jijoca de Jericoacoara
	Itarema
	Trairi
	Aquiraz
	Barroquinha
	Paraipaba
	Caucaia
Espírito Santo	São Mateus
	Serra
	Linhares
	Conceição da Barra
	Fundão
	Vitória
	Guarapari
	Vila Velha
	Aracruz
Maranhão	Cururupu
	Alcântara
	Araioses
	Barreirinhas
	Santo Amaro do Maranhão
	São Luís
	Tutóia
	Humberto de Campos
	Paulino Neves
Paraíba	Cabedelo
	Pitimbu
	Rio Tinto
	Mataraca
	Conde
	Marcação
	João Pessoa

Estado	Município
Pernambuco	Olinda
	Paulista
	Ilha de Itamaracá
	Ipojuca
	Sirinhaém
	Jaboatão dos Guararapes
	Tamandaré
	Cabo de Santo Agostinho
	Recife
	Goiana
	Barreiros
	São José da Coroa Grande
Piauí	Luís Correia
	Ilha Grande
	Parnaíba
Rio de Janeiro	São Francisco de Itabapoana
	São João da Barra
Rio Grande do Norte	Nísia Floresta
	Baía Formosa
	Tibau
	Rio do Fogo
	Tibau do Sul
	Extremoz
	Canguaretama
	Maxaranguape
	Caiçara do Norte
	Areia Branca
	Natal
	Senador Georgino Avelino
	Parnamirim
	Touros
	Ceará-Mirim
Sergipe	Estância
	Itaporanga D'ajuda
	Barra dos Coqueiros
	Aracaju
	Nossa Senhora do Socorro
	Brejo Grande
	Pirambu
	Pacatuba
	Santo Amaro das Brotas

JUSTIFICAÇÃO

Desde os últimos dias de agosto, praias do Nordeste brasileiro e recentemente do Sudeste vêm sofrendo com a poluição causada por manchas de petróleo de origem ainda desconhecida. Essas manchas já atingiram os 9 estados do Nordeste e 2 no Sudeste, em centenas de localidades distribuídas em 130 Municípios.

A gravidade do desastre somada ao desconhecimento do autor responsável exigiu a atuação emergencial e permanente dos Governos estaduais e municipais nas ações de prevenção de novos toques de óleo, bem como nas ações de resposta e remediação nas localidades afetadas. Essas ações envolveram a mobilização de servidores públicos, equipamentos e materiais para realizar a limpeza das praias, orientar a população afetada, realizar o manejo dos resíduos sólidos gerados, entre outras ações. Ademais, em virtude da toxicidade do óleo, ocorrências de saúde relacionadas ao evento impactaram a rede pública de saúde, elevando a necessidade de atendimentos.

Todas essas ações envolveram altos custos e a utilização dos escassos recursos financeiros de estados e municípios que, atualmente, já sofrem com orçamentos extremamente apertados para custear seus gastos obrigatórios. A contabilização e registro adequado desses gastos é de extrema importância, pois, tão logo seja identificada fonte e o responsável pelo desastre, ações de reparação civil deverão ser interpostas a fim de que esses recursos sejam integralmente ressarcidos. Por evidente, sabe-se que há diversos outros prejuízos de contabilização mais complexa, tal como o impacto à fauna e flora marinhas, que deverão ser posteriormente estimados para também comporem a reparação civil.

Diante desse contexto, é fundamental obter informações relacionadas aos gastos estaduais e municipais em virtude do derramamento de óleo, a fim de que a CPI possa contribuir em questões relacionadas à reparação civil do dano.

Pelo exposto, solicito apoio dos nobres Pares para aprovação deste importante requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado JOÃO H. CAMPOS